

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.423.809 - AL (2018/0347420-1)

RELATOR : MINISTRO RIBEIRO DANTAS
AGRAVANTE : GILVÂNIO MARQUES DOS SANTOS
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE ALAGOAS
AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por **GILVÂNIO MARQUES DOS SANTOS** contra decisão do Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas, que não admitiu o recurso especial manejado com apoio no art. 105, III, "a", da Constituição Federal, em oposição a acórdão assim ementado:

"PENAL. PORTE ILEGAL DE ARMA DE FOGO. CONDENAÇÃO. RECURSO DA DEFESA. PLEITO ABSOLUTÓRIO COM FUNDAMENTO NA INEXIGIBILIDADE DE CONDUTA DIVERSA. INVIABILIDADE. NO CASO EM TELA, O APELANTE PODERIA E DEVERIA TER AGIDO COM BASE ORDENAMENTO JURÍDICO. NO RECURSO IMPROVIDO. DECISÃO UNÂNIME." (e-STJ, fl. 155).

A defesa aponta negativa de vigência ao art. 14 da Lei 10.826/2003. Requer a absolvição do agravante, ao argumento de que não era possível exigir do acusado outra conduta. Alega que "apesar de ter consciência de que portar arma de fogo em desacordo com as normas legais e regulamentares constitui crime, o recorrente, tal como os demais funcionários daquele estabelecimento, não podiam se dar ao luxo de se negar a portar a referida arma, sob pena de perder o próprio emprego."

Foram apresentadas as contrarrazões (e-STJ, fls. 264-268).

O recurso foi inadmitido em razão da aplicação do óbice da Súmula 7/STJ (e-STJ, fls. 270-273). Daí este agravo (e-STJ, fls.281-288).

O Ministério Público Federal manifestou-se pelo desprovimento do recurso (e-STJ, fls. 311-314).

É o relatório.

Decido.

O recurso não comporta provimento.

Colhe-se a seguinte fundamentação utilizada pelo Tribunal de origem para negar provimento ao apelo defensivo e manter a condenação do recorrente da prática do delito previsto no art. 14 da Lei 10.826/03:

"Conforme assevera Cleber Masson, "a exigibilidade de conduta adversa é o elemento da culpabilidade consistente na expectativa da sociedade acerca da prática de uma conduta diversa daquela que foi deliberadamente adotada pelo autor de um fato típico e ilícito. Em síntese, é necessário tenha o crime sido cometido em circunstâncias normais, isto é, o agente podia comporta-se em conformidade com o Direito, mas preferiu violar a lei penal".

Em outras palavras, para a caracterização da excludente da inexigibilidade de conduta diversa exige-se que o sujeito, ante uma situação concreta em que se encontra, não tenha qualquer

alternativa, a não ser praticar um comportamento vedado pela lei.

No caso concreto, o apelante alega em sua defesa que exercia a função de vigia do estabelecimento comercial. Relata, ainda, que necessitava do emprego para manter o sustento de sua família. Além do mais, declarou que possuía conhecimento que portar artefato bélico sem a devida autorização era um ato ilícito.

Desse modo, embora o ora apelante tenha alegado todas essas teses para justificar o seu comportamento, no caso em tela, ele possuía outros meios legais para exercer seu ofício e pautar sua atuação. Portanto, não há como admitir que a conduta praticada pelo acusado fosse a única exigível perante a situação em que ele se encontrava, inviabilizando a absolvição pela excludente de culpabilidade alegada." (e-STJ, fls. 158-159).

Como se vê, o acórdão recorrido motivadamente concluiu, mediante valoração do acervo probatório produzido nos autos, não ter ocorrido a excludente de culpabilidade da inexigibilidade de conduta diversa.

Com efeito, para se verificar elementos aptos a ensejar a absolvição do ora recorrente, seria necessário, invariavelmente, o revolvimento do suporte fático-probatório dos autos, o que é vedado em sede de recurso especial, a teor do enunciado sumular n. 7 deste Superior Tribunal de Justiça.

Nesse sentido, confirmam-se:

"PROCESSUAL PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. TRÁFICO DE DROGAS. ABSOLVIÇÃO EM SEDE DE APELAÇÃO. ART. 386, VII, DO CPP. PLEITO DE CONDENAÇÃO. NECESSIDADE DE REEXAME DO ACERVO PROBATÓRIO. VEDAÇÃO DA SÚMULA 7 DO STJ.

[...]

2. Hipótese, porém, em que a absolvição do agravado se deu em razão da inexistência de suporte probatório mínimo para embasar o édito condenatório, pois, segundo o acórdão recorrido, nem os policiais que efetivaram a prisão foram categóricos em afirmar que o ora recorrido era o proprietário das substâncias ilícitas apreendidas e tinha a intenção de vendê-las.

3. A pretensão de restabelecer a sentença condenatória, mediante a valoração da prova testemunhal dos policiais que efetuaram a prisão do réu - considerada insuficiente pelo Tribunal de origem -, demandaria reexame de prova, incabível em sede de recurso especial, nos termos da Súmula 7 deste Tribunal.

4. Agravo regimental a que se nega provimento." (AgRg no AREsp 681.902/RS, Rel. Ministro GURGEL DE FARIA, QUINTA TURMA, DJe 03/08/2015).

"PENAL E PROCESSUAL PENAL. AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. TRÁFICO ILÍCITO DE ENTORPECENTES. ABSOLVIÇÃO DOS RÉUS. PLEITO DE CONDENAÇÃO, EM SEDE DE RECURSO ESPECIAL. IMPOSSIBILIDADE. REEXAME DE MATERIAL FÁTICO-PROBATÓRIO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7 DO STJ. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.

I. Se as instâncias ordinárias, soberanas na análise dos fatos e provas coligidos aos autos, chegaram à conclusão de que não houve provas seguras e suficientes de autoria delitiva, e de ciência, pelos réus, de que transportavam droga, escondida no veículo de terceiro, absolvendo-os do crime previsto no art. 33, *caput*, da Lei 11.343/2006, fizeram-no tendo por base o acervo fático-probatório da causa. Diante disso, a inversão dessa conclusão, para entender-se configurado o delito de tráfico, exigiria, inevitavelmente, o reexame dos contexto fático dos autos, o que encontra óbice na Súmula 7/STJ.

II. Agravo Regimental improvido." (AgRg no AREsp 253.779/MG, Rel. Ministra ASSUSETE MAGALHÃES, SEXTA TURMA, DJe 12/11/2013, grifou-se).

Ante o exposto, com fundamento no art. 932, VIII, do CPC, c/c o art. 253, parágrafo único, II, "a", do RISTJ, **conheço** do agravo para **não conhecer** do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 13 de fevereiro de 2019.

Ministro RIBEIRO DANTAS
Relator